

Economistas não inovam

Heitor Pedreira

Alguns banqueiros internacionais insistem que os grandes culpados pela grave crise econômico-financeira, em que o mercado internacional ingressou a partir de 1982, são os economistas, com suas previsões e estimativas sempre superadas pelos resultados práticos. Agora, em Brasília, assistimos ao lançamento do documento "Os Economistas Brasileiros e a Nova República", elaborado como conclusão do 2º Encontro Nacional dos Economistas, que dá um destaque especial à proteção das empresas estatais. Os economistas confessam uma queda pela estatização, um dos maiores males que vem impedindo o desenvolvimento sadio da economia brasileira.

No ano passado, John Galbraith declara nos Estados Unidos que os economistas davam palpites apenas porque os jornalistas lhes perguntavam, mas que na realidade eles não sabem ler o futuro. Contudo, evitando qualquer tendência à leitura de "bola de cristal", os economistas brasileiros chegaram à conclusão que "déficit" público não gera inflação, mas sim a grandiosidade da nossa dívida externa que, no entender deles, deve ser renegociada imediatamente, visando "objetivos de crescimento, emprego e distribuição de renda".

Certamente, no entusiasmo dos debates do Encontro que promoveram, os economistas não tiveram oportunidade de ler os jornais para verificar que o ministro da Fazenda — Francisco Dornelles, foi à Washington negociar justamente o que eles, posteriormente, diriam que deveria ser feito. No mínimo, esta proposta chega defasada.

Na área do déficit público, enquanto os países europeus criticam veementemente o estrondoso "déficit" dos Estados Unidos, que lhes impede sair da recessão, baixar a inflação e gerar empregos, porque somente a Casa Branca na face da Terra pode fabricar dólares, os economistas brasileiros afirmam que "o déficit público não pode ser responsabilizado pela inflação, porque tanto o déficit quanto a inflação, na verdade, são resultantes do

processo de excessivo endividamento externo, conjugado com uma política monetária indutora da especulação financeira".

Para nós, que não somos economistas, mas trabalhamos com economia pública, já ficou patente que todos excessos geram inflação, existindo no Brasil uma preciosa conjugação de déficit público escandaloso, empresas estatais deficitárias, incompetentes e rainhas da mordomia e dos gastos supérfluos e uma dívida pública incontrolável face à emissão de títulos para cobrir os rombos dessas mesmas estatais e emissão de moeda com o mesmo fim.

Por outro lado, após o ex-ministro da fazenda, Ernane Galvêas, ser massacrado porque preparou uma reforma financeira excelente, agora se fala da urgência desta reforma, embora não houvesse nenhum protesto de categorias responsáveis do setor econômico, quando Galvêas foi posto a nocaute em sua pretensão. Além disto, chega muito próximo do ridículo sugerir-se que o Congresso Nacional deve assumir a iniciativa da renegociação da dívida externa e da política de controle inflacionário, porque as duas Casas do Congresso foram criadas para debater e levar a público suas opiniões, não existindo na face da Terra congressistas sentados à mesa de negociações, para debaterem com os banqueiros qual "spread" o Brasil vai pagar. Ou, ainda, um Congresso que chegasse a aprovar um contrato para ser aceito pelo FMI ou pelos banqueiros. Pelo menos, isto é o que se pode entender do documento dos economistas.

O documento não deu a mínima atenção aos fatores externos, que tanto comprometem a economia brasileira: países europeus completamente fechados para importações; suas moedas em plena decadência frente ao dólar; o déficit público dos norte-americanos que transforma o resto do mundo em seus colaboradores; o protecionismo comercial dos EUA contra os nossos produtos. Enfim, parece que o Brasil é autosuficiente, e que o resto do mundo irá acompanhar nossas decisões.